DESEMPENHO ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO E SUA RELAÇÃO COM O FPM: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO NORTE DE MINAS

Marconi dos Santos Miranda (Unimontes / Fucape) - marconi.santos@hotmail.com

Silmara Brito Ribeiro (Unimontes) - silmarabritoribeiro90@gmail.com

Maxwel Gomes dos Santos (Unimontes) - maxwel.santos@unimontes.br

Resumo:

Este estudo tem o objetivo de mensurar a relação entre o desempenho econômico e tributário e a dependência do FPM nos municípios da mesorregião Norte de Minas. Aplicando-se uma pesquisa descritiva, bibliográfica e documental, com abordagem qualiquantitativa dos dados secundários e em painel, foram analisadas as variáveis do período de 2018 a 2022, das 89 cidades da mesorregião em referência. Foram estimados os testes de correlação de Pearson e de regressão linear múltipla, por efeitos fixos. Os resultados encontrados indicam que uma parcela expressiva dos municípios norte-mineiros possuem baixo desempenho tributário, dependendo significativamente do FPM na composição de suas receitas. Os achados deste estudo sugerem que, em média, a dependência ao FPM exerce influência negativa ao indicador que mede o desempenho econômico e tributário dos municípios, ratificando as reflexões na literatura de que os repasses intergovernamentais, decorrentes do federalismo fiscal brasileiro, desencadeiam ineficiência tributária aos entes municipais.

Palavras-chave: *Desempenho Econômico e Tributário; FPM; Municípios.*

Área temática: *Contabilidade Aplicada ao Setor Público e ao Terceiro Setor*

DESEMPENHO ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO E SUA RELAÇÃO COM O FPM: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO NORTE DE MINAS

Resumo
Este estudo tem o objetivo de mensurar a relação entre o desempenho econômico e tributário e a dependência do FPM nos municípios da mesorregião Norte de Minas. Aplicando-se uma pesquisa descritiva, bibliográfica e documental, com abordagem qualiquantitativa dos dados secundários e em painel, foram analisadas as variáveis do período de 2018 a 2022, das 89 cidades da mesorregião em referência. Foram estimados os testes de correlação de *Pearson* e de regressão linear múltipla, por efeitos fixos. Os resultados encontrados indicam que uma parcela expressiva dos municípios norte-mineiros possuem baixo desempenho tributário, dependendo significativamente do FPM na composição de suas receitas. Os achados deste estudo sugerem que, em média, a dependência ao FPM exerce influência negativa ao indicador que mede o desempenho econômico e tributário dos municípios, ratificando as reflexões na literatura de que os repasses intergovernamentais, decorrentes do federalismo fiscal brasileiro, desencadeiam ineficiência tributária aos entes municipais.

Palavras chave: Desempenho Econômico e Tributário; FPM; Municípios.

Área temática do evento: Contabilidade Aplicada ao Setor Público e ao Terceiro Setor.

1 INTRODUÇÃO

O processo de descentralização fiscal brasileiro foi marcado pela Constituição Federal de 1988, com importantes modificações na estrutura tributária do País. Concernente a isso, Giambiagi e Além (2008) destacam que a partir da Carta Magna de 1988 o Brasil passou a reconhecer os municípios como membros da federação, colocando-os em condição de igualdade com os Estados no que diz respeito a direitos e deveres (GIAMBIAGI; ALÉM, 2008)

Nesse levante, Massardi e Abrantes (2016) mencionam que a descentralização proporcionou maior autonomia aos Estados e Municípios, com isso, os entes municipais, além de serem beneficiados com transferências intergovernamentais, ainda conquistaram autonomia para arrecadação tributária própria. O federalismo fiscal brasileiro estabeleceu transferências intergovernamentais, com a finalidade de reduzir o desequilíbrio econômico entre os entes federados, em especial proporcionando maiores repasses aos municípios. Nesse sentido, Souza *et al.* (2020) apontam o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) como uma importante fonte de recursos nos orçamentos municipais, promovendo equilíbrio na execução orçamentária dos municípios.

Nessa seara, Mendes, Miranda e Cósio (2008) pontuam que os fundos de participação consistem em repasses intergovernamentais que, por sua vez, visam equilibrar as situações econômicas entre os estados e os municípios brasileiros. Tais repasses tiveram origem na Constituição Federal da República de 1946, passando a ser regulamentada na Constituição de 1988.

Análogo a isso, Mendes, Miranda e Cosio (2008) pontificam ainda que as transferências intergovernamentais caracterizam elementos essenciais para o bom funcionamento e eficiência dos sistemas federativos, atuando como ferramentas importantes para redução das disparidades econômicas entre os governos centrais e os entes federados.

O FPM trata-se de uma transferência constitucional de recursos da União para municípios, estabelecida na Lei Maior no Art. 159, I, b, composta de 22,5% da arrecadação do IR e do IPI. O FPM é caracterizado como uma transferência intergovernamental de caráter descentralizador e possui como critérios de distribuição o número de habitantes, fixando faixas populacionais, com coeficientes individuais, sendo os critérios de distribuição e cálculos de coeficientes estabelecidos na Lei n.º. 5.172/66 e no Decreto-Lei n.º 1.881/81.

No entanto, conforme observado por Ravanello e Bender (2019), a descentralização fiscal não foi correspondida pela adequada transferência de responsabilidades aos governos locais, gerando uma certa dependência dos municípios às transferências intergovernamentais, em especial ao FPM.

Semelhante a isso, Massardi e Abrantes (2016) destacam que as transferências intergovernamentais buscam equilibrar a situação econômica e social dos municípios, reduzindo assim as disparidades e possibilitando o desenvolvimento de projetos e programas, uma vez que muitos municípios não conseguem subsidiar seu orçamento com sua base tributária própria, o que aumentaria a desigualdade entre os municípios.

Nessa linha, com base no disposto por Mendes, Miranda e Cósio (2008), o baixo nível de arrecadação tributária de alguns municípios, em especial dos pequenos, ocasionam uma certa dependência aos repasses intragovernamentais, como o FPM, que asseguram a sustentabilidade econômica destes municípios.

Ante o exposto, de acordo com Massardi e Abrantes (2016), as disparidades nas arrecadações tributárias são as principais características do federalismo fiscal nas economias regionais. Nesse contexto de disparidades mencionadas, destaca-se que o Estado de Minas Gerais possui grande diversificação, sendo o maior Estado brasileiro em número de municípios atualmente.

Com a finalidade de demonstrar a relação entre esforço fiscal com desenvolvimento socioeconômico e com o nível de dependência do FPM, Massardi (2014) utilizou como universo de sua pesquisa o Estado de Minas Gerais, levando em consideração suas disparidades econômicas e o elevado número de municípios.

Destaca-se, no referido Estado, a mesorregião Norte de Minas, considerando o grande número de municípios, uma vez que esta é a maior entre as 12 (doze) mesorregiões mineiras, com elementos suficientes para investigar a relação entre o desempenho econômico e tributário dos municípios agregados e a dependência econômica a recursos do FPM.

Nesse sentido, esta pesquisa busca responder ao seguinte problema: **qual é a relação entre o desempenho econômico e tributário e a dependência do FPM nos municípios da mesorregião Norte de Minas?**

Assim, a pesquisa possui como objetivo geral mensurar a relação entre o desempenho econômico e tributário e a dependência do FPM nos municípios da mesorregião Norte de Minas. Especificamente busca-se analisar o desempenho econômico e tributário dos municípios e identificar os níveis de dependência dos municípios ao FPM.

Espera-se que este estudo possa colaborar com o estudo das finanças públicas dos entes municipais norte-mineiros, uma vez que busca apresentar a realidade econômica regional, bem como o impacto das transferências intergovernamentais na composição das receitas municipais.

Além desta introdução, o presente trabalho foi estruturado em cinco seções: a segunda apresenta o embasamento teórico acerca do federalismo fiscal brasileiro e o desenvolvimento econômico e desempenho tributário e econômico. A terceira apresenta a metodologia utilizada no desenvolvimento do artigo. A quarta demonstra a análise dos dados e a discussão dos resultados obtidos na pesquisa, e, ao final, a quinta apresenta as considerações finais do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Federalismo Fiscal Brasileiro

Passos e Nascimento (2018) conceituam federalismo fiscal como a organização do Estado nacional conferindo autonomia territorial aos nas esferas subnacionais e na central. Massardi (2014) expõe que, no federalismo, o Estado utiliza diversos instrumentos para assegurar o equilíbrio entre os entes federativos, de forma a garantir o desenvolvimento econômico e a geração de renda.

Nessa seara, Mendes *et al.* (2004) compreendem o federalismo como sendo a divisão de tarefas entre distintas esferas governamentais, buscando a maximização e eficiência do setor público. Consoante a isso, Marengo (2012) evidencia que a descentralização político-administrativa brasileira teve início com a Constituição Federal de 1988, sendo que, após a sua promulgação, grande parte dos recursos da União passaram a ser transferidos para estados e municípios.

Conforme destaca Rezende (2006), ao longo das últimas décadas, houve o surgimento de uma tendência, em nível mundial, no que se refere às relações fiscais intergovernamentais, no sentido da descentralização das responsabilidades sobre os gastos e, em menor grau, dos poderes tributários, para níveis subnacionais de governo estadual e municipal.

O sistema federal, para Mendes *et al.* (2004), corresponde a uma preponderância do governo central sobre as demais esferas, no entanto a Constituição Federal atribuiu a duas ou mais esferas de governo subnacionais algum grau de autonomia, competências legais e áreas próprias de ação.

Souza *et al.* (2020) apontam que a Carta Magna de 1988 conferiu aos entes federados direitos e obrigações relacionados à tributação, atribuindo a esses, competências para arrecadação tributária, assim como também regulamentou as transferências intergovernamentais.

Ao tratar de transferências intergovernamentais, Gomes (2007) leciona que correspondem a repasses de recursos financeiros entre entes descentralizados de um Estado, ou entre estes e o poder central, seguindo o expresso na Constituição, sendo esses repasses legais, ou ainda, em decisões discricionárias do órgão ou entidade permissores.

Nesse sentido, Tristão (2003) pondera que as transferências intergovernamentais de recursos devem ser utilizadas para compensar as diferenças regionais de receitas, ou custos e benefícios externos decorrentes de ações locais.

Massardi e Abrantes (2015) evidenciam que as transferências intergovernamentais são essenciais em regimes federativos, possibilitando minimizar as disparidades socioeconômicas existentes, em especial entre os municípios.

Ravanello e Bender (2019) consideram o FPM a mais importante transferência intergovernamental do País, objetivando a redução das desigualdades regionais, sendo repassado pela União aos municípios.

Hudzinski *et al.* (2019) lecionam que o FPM teve sua regulamentação em 1966 por meio do Código Tributário Nacional, no entanto sua distribuição teve início em 1967 e utilizaria como critério de distribuição o número de habitantes dos municípios. Com a Constituição Federal de 1988, o percentual destinado aos municípios oriundos da arrecadação tributária do IR e do IPI sofreu alteração, passando a ser de 22,5%, estando atribuído ao Tribunal de Contas da União a responsabilidade para efetuar o cálculo dos coeficientes individuais dos municípios e fiscalizar a entrega dos respectivos recursos, e, ao IBGE, o fornecimento dos dados necessários a realização do cálculo.

Desde a sua criação, o FPM teve alterações em seu percentual de distribuição, promovidas por Emendas Constitucionais. Com a Emenda Constitucional (EC) n° 55/2007, houve o acréscimo de 1% no percentual de distribuição. Posteriormente, a EC n° 84/2014 acrescentou mais 1% e, em 2021, a EC n° 112/2021 aumentou novamente o percentual em 1%, implementado a partir de 2022.

No tangente à distribuição do FPM, observa-se que este é dividido em 3 (três) partes, sendo destinado 10% às capitais dos Estados Federativos, 86,4% aos municípios do interior e, ainda, 3,6% aos municípios da reserva, enquadrando neste percentual os municípios com população superior a 142.633 habitantes que não são capitais.

2.2 Desenvolvimento Econômico e Desempenho Tributário e Econômico

Segundo Lucena (2018), o desenvolvimento econômico pode ser entendido como a melhoria das condições sociais e econômicas do cidadão. Paralelo a isso, Oliveira e Silva (2017) ponderam que o desenvolvimento é constituído por esferas econômicas e sociais, estando associadas às transformações que geram a cadeia produtiva de uma economia, o que se faz essencial para o crescimento.

Para Massardi e Abrantes (2016), o desenvolvimento econômico possui característica multidimensional, não estando limitado apenas ao aspecto econômico, mas também a outros fatores ligados à qualidade de vida dos cidadãos, como saúde, educação, saneamento básico e outros.

Tangente a isso, Leroy *et al.* (2017) observam que o desenvolvimento econômico e social de uma nação ocorre com heterogeneidade no seu território. Nessa seara, Massardi e Abrantes (2015) lecionam que o desenvolvimento socioeconômico não está limitado ao aspecto econômico, incorporando também, extensões envolvendo melhorias na qualidade de vida dos habitantes.

Nesse contexto, ressalta-se a importância do esforço fiscal para o desempenho econômico e tributário para o desenvolvimento econômico dos entes federativos, uma vez que o esforço fiscal pode ser entendido como a capacidade de exploração de determinada arrecadação tributária, considerada como a competência de uma jurisdição em gerar receitas das próprias fontes (RIBEIRO; TONETO JÚNIOR, 2004).

Consoante a isso, o desempenho econômico e tributário pode ser entendido como a capacidade de arrecadação tributária e suficiência tributária dos municípios. Nessa perspectiva, para mensurar o desempenho tributário e econômico dos municípios, Oliveira *et al*. (1998) propuseram um índice visando medir o estágio da economia de um município com base em suas receitas: o Índice de Desempenho Econômico e Tributário (IDTE), levando em sua composição as receitas tributárias próprias, o repasse do ICMS e o FPM, evidenciando a capacidade econômica e tributária dos municípios e ainda demonstrando sua relação com o FPM.

Portanto, tem-se a relação entre desenvolvimento socioeconômico e desempenho econômico, sendo o segundo essencial para assegurar o primeiro, subsidiando a estrutura econômica para que seja possível chegar ao desenvolvimento socioeconômico, estando diretamente ligado ao FPM e sua influência negativa ou positiva no desempenho dos municípios.

Nesse contexto, foram elencadas as seguintes hipóteses:

H_1: os municípios com maior nível de dependência do FPM apresentam menor desempenho econômico e tributário.

H_2: os municípios com melhor desempenho econômico e tributário são aqueles com maior receita tributária própria.

3 METODOLOGIA

O presente estudo se trata de uma pesquisa descritiva. Beuren (2006) entende que nesse tipo de pesquisa busca-se descrever características de determinada população ou fenômeno, ou ainda estabelecimento de relações entre variáveis. Para Cervo e Bervian (2002), a pesquisa descritiva tem a finalidade de observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos variáveis sem alterá-los, a fim de descobrir precisamente, a frequência com que um fenômeno ocorre, bem como, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características (CERVO; BERVIAN, 2002)

Enquadra-se ainda em uma pesquisa bibliográfica, uma vez que, segundo Cervo e Bervian (2002), busca explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos, podendo ser realizada independentemente, bem como parte de pesquisa descritiva ou experimental. Em ambas, busca-se analisar contribuições culturais e cientificas acerca do assunto estudado.

Quanto ao método, Richardson (1999) classifica a pesquisa em método qualitativo e quantitativo, sendo a principal diferença entre estes, a forma de abordagem do problema. Nesse sentido, Beuren (2006) explana que a pesquisa qualitativa busca descrever a complexidade do problema, já a pesquisa quantitativa emprega instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento de dados.

Diante disso, considera-se a presente pesquisa como qualiquantitativa, uma vez que busca apresentar características não observadas pelo estudo qualitativo e, ainda, consiste em pesquisa quantitativa, pois utiliza de instrumentos estatísticos para obtenção e análise dos resultados. (BEUREN, 2006)

Quanto à técnica de pesquisa, Marconi e Lakatos (2010) definem a pesquisa documental como aquela que possui sua coleta de dados restrita a documentos, escritos ou não, constituído assim fontes primárias. Concernente a isso, a presente pesquisa é documental, uma vez que analisar os dados referentes aos repasses intergovernamentais do FPM para municípios situados na região norte de Minas Gerais, bem como analisou as bases tributárias destes municípios e suas relações com o FPM, no período de 2018 a 2022.

Este estudo tem como população a Mesorregião Norte de Minas e suas microrregiões, conforme divisão geográfica do IBGE, sendo utilizada as nomenclaturas Mesorregião e Microrregião apenas para fins de análise, uma vez que contemporaneamente são utilizados os termos região intermediária e imediata, conforme atualização geográfica do IBGE em 2017. No entanto, para fins de coleta e tratamento de dados, optou-se pelo uso das classificações Mesorregião e Microrregião.

Quanto à determinação do universo da amostra, salienta-se que assim como disposto por Galvarro *et al.* (2008), o Estado de Minas Gerais possui grande diversidade, sendo um dos estados que mais apresentam disparidades regionais. Esse Estado possui grande número de municípios e amplas diferenças regionais, suscitando diversas questões envolvendo a existência de diferenças socioeconômicas.

Desse modo, pesquisar uma das 12 (doze) mesorregiões mineiras é essencial para entender as características regionais, elementos econômicos e desempenho tributário. Para a pesquisa, selecionou-se a mesorregião Norte de Minas por ser a maior em extensão territorial no Estado, com 89 (oitenta e nove) municípios.

Para Beuren (2006), variável é tudo que possa assumir diferentes valores ou atributos necessários para a compreensão do fato ou fenômeno que está sendo indagado. Paralelo a isso, Richardson (1999) define variável como as características mensuráveis de um fenômeno, podendo estas apresentarem distintos valores ou ainda serem agrupadas em categorias.

Nesse sentido, para a obtenção de resultados na presente pesquisa foram utilizadas as variáveis apresentadas no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Variáveis utilizadas na pesquisa

Variável	Tipo	Definição	Fonte de dados
IDTE	Explicada	Índice de desenvolvimento econômico e tributário	Siconfi e TCE/MG
IDFPM	Explicativa	Índice de dependência do Fundo de Participação dos Municípios	Siconfi e TCE/MG
POP	Controle	População	Siconfi e IBGE
FPM	Controle	Fundo de Participação dos Municípios *per capita*	Siconfi e TCE/MG
ICMS	Controle	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação *per capita*	Siconfi e TCE/MG
IPVA	Controle	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores *per capita*	Siconfi e TCE/MG
ITR	Controle	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural *per capita*	Siconfi e TCE/MG
RCL	Controle	Receita Corrente Líquida *per capita*	Siconfi e TCE/MG
RTP	Controle	Receita Tributária Própria *per capita*	
PIB	Controle	Produto Interno Bruto *per capita*	IBGE

Fonte: Elaboração própria.

Destaca-se que não foram identificadas as informações do PIB dos anos de 2021 e 2022, sendo necessário estimar o PIB municipal baseando-se na variação do PIB nacional nesses períodos.

Foram calculados os índices de Correlação de *Pearson*, visando identificar as associações existentes entre as variáveis. Ademais, para mensurar a relação entre o desempenho econômico e tributário e a dependência do FPM nos municípios da mesorregião Norte de Minas, foi estimado o modelo de regressão linear múltipla com dados em painel, conforme abaixo:

$$IDTE_{it} = \beta_0 + \beta_1 IDFPM_{it} + \beta_2 POP_{it} + \beta_3 FPM_{it} + \beta_4 ICMS_{it} + \beta_5 IPVA_{it} + \beta_6 ITR_{it} + \beta_7 RCL_{it} + \beta_8 RTP_{it} + \beta_9 PIB_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Para a tabulação e tratamento de dados, foram utilizados o Microsoft Excel e o Software Stata/SE 17.0®, para separação, organização de dados, cálculos estatísticos e elaboração de gráficos e tabelas.

4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Estatística Descritiva

Com a finalidade de alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, esta seção apresenta a estatística descritiva, os dados das variáveis explicada e explicativa, bem como das demais variáveis de controle.

Percebe-se, conforme Tabela 1, que a média do desempenho tributário e econômico dos municípios da mesorregião Norte de Minas foi de 0,48, contudo a mediana foi de 0,38, constatando que mais da metade dos municípios possui índice de desempenho tributário e econômico abaixo da média. Demonstrando dessa maneira que grande parte dos municípios dependem significativamente de transferências intergovernamentais, conforme pontuado por Massardi e Abrantes (2016) e por Araújo (2022).

Tabela 1 - Estatística Descritiva das Variáveis

Variável	N	Média	Desvio padrão	Min.	p25	p50	p75	Máx.
IDTE	445	0,48	0,38	0,19	0,31	0,38	0,51	3,55
IDFPM	445	0,46	0,11	0,08	0,39	0,47	0,53	0,76
POP	445	19.374	44.071	3.136	5.733	8.138	18.164	417.478
FPM	445	1.473,68	717,62	205,55	953,41	1318,19	1.826,59	4.856,91
ICMS	445	466,21	201,66	87,65	317,97	433,23	564,93	1.449,01
IPVA	445	44,68	26,04	4,70	26,69	38,30	53,79	165,51
ITR	445	4,85	11,06	0,04	0,68	1,83	3,69	84,57
RCL	445	3.128,15	1.037,60	767,29	2.358,82	2.947,58	3.748,16	6.731,98
RTP	445	131,58	126,73	10,82	61,51	92,52	142,81	1.059,75
PIB	445	12.814,55	7.243,38	6.336,94	8.865,26	10.442,76	13.329,28	50.622,83

Fonte: Dados da pesquisa.

Salienta-se que o IDTE possui valor máximo acima de 1,00, evidenciando a existência de municípios com alto nível de desempenho tributário e econômico na amostra da pesquisa, este percentual foi obtido pelo município de Montes Claros, ficando confirmada a eficiência tributária do município e sua independência quanto às transferências intergovernamentais.

Quanto à população dos municípios, constatou-se que a média da mesorregião é aproximada a 19.000 (dezenove mil) habitantes, no entanto a mediana encontrada está em pouco mais de 8.000 (oito mil) habitantes, demonstrando que a maioria dos municípios estudados são de pequeno porte e estão abaixo da média populacional.

Ao analisar a variável FPM, nota-se que a variação sofrida pela variável é de aproximadamente 48% (quarenta e oito por cento) levando em consideração a divisão do desvio padrão pela média obtida, demonstrando que esta variável possuiu variação média. Nesse sentido, a variável ICMS oscilou em torno de 43% (quarenta e três por cento) tendo sua variação abaixo da média.

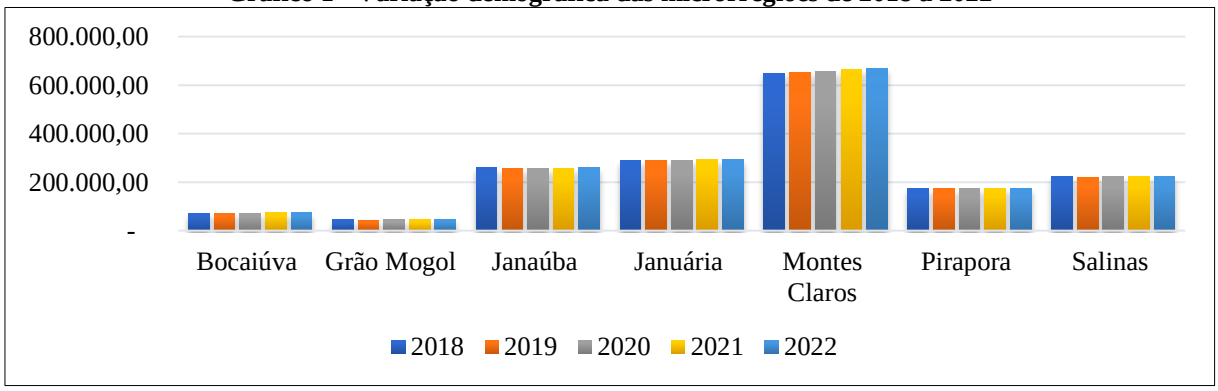
O IPVA teve sua variação de 58% (cinquenta e oito por cento) demonstrando que alternou de forma significativa entre os municípios, sendo notório ainda a distância entre o valor mínimo e o máximo apresentando e a discrepância entre esta arrecadação nos municípios. A variável ITR trouxe as disparidades em sua arrecadação entre os municípios, apresentando a divergência entre sua média e mediana de aproximadamente 38% (trinta e oito por cento), assim como também a diferença entre o valor mínimo e o máximo ser consideravelmente alto, evidenciando a heterogeneidade de sua arrecadação e repasse.

A RCL apresentou variação aproximada de 33% (trinta e três por cento) sendo relativamente baixa, enquanto a RTP variou acima de 96% (noventa e seis por cento) ocupando uma das maiores variações entre todas as variáveis estudadas, estando a maioria dos municípios abaixo da média encontrada, evidenciando a baixa eficiência tributária dos municípios e corroborando a dependência ao FPM. Ademais, a tabela expôs a média do PIB na amostra variado cerca de 56% (cinquenta e seis por cento) com valor máximo consideravelmente superior à média, o que pode ser explicado pelo destaque de poucos municípios quanto a essa variável, como é o caso dos municípios de Grão Mogol, Pirapora e Riacho dos Machados, que representaram os maiores PIBs encontrados no período contemplado pela pesquisa.

A pesquisa possuiu como universo da amostra os 89 (oitenta e nove municípios da mesorregião Norte de Minas, e como amostra as 7 (sete) microrregiões, sendo estas respectivamente: Bocaiúva com 5 (cinco) municípios, Grão Mogol com 6 (seis) municípios, Janaúba com 13 (treze) municípios, Januária com 16 (dezesseis) municípios, Montes Claros com 22 (vinte e dois) municípios, Pirapora com 10 (dez) municípios e Salinas com 17 (dezessete) municípios.

Para fins de análise, uma relevante variável utilizada foi a variável população, uma vez que todas as demais variáveis, com exceção das variáveis IDTE e IDFPM, foram utilizadas de forma *per capita*, ou seja, divididas pelo número de habitantes de cada respectivo município. Diante do exposto, em busca de evidenciar o índice demográfico da Mesorregião Norte de Minas, separou-se a amostra por microrregiões, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 - Variação demográfica das microrregiões de 2018 a 2022



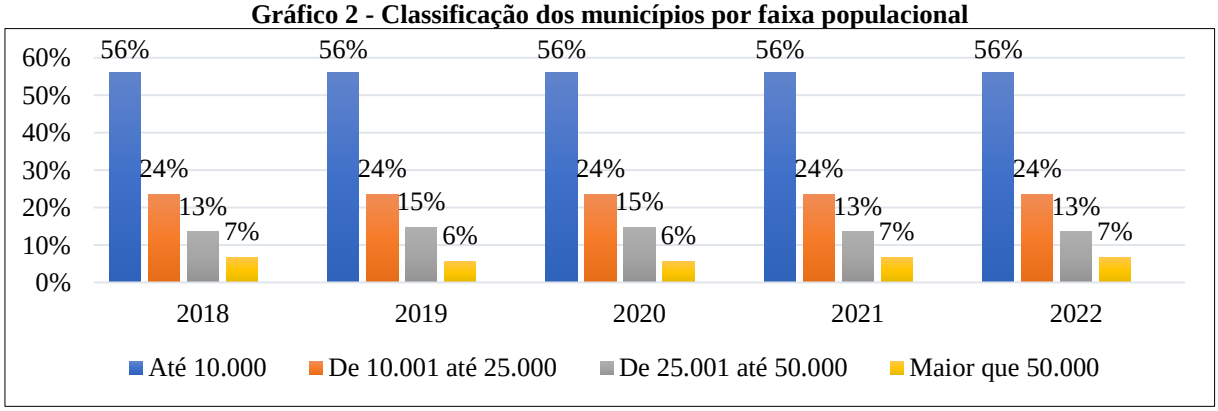
Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme demonstrado no Gráfico 1, a mesorregião Norte de Minas possui população total aproximada de 1.700.000 (um milhão e setecentos mil) habitantes, estando cerca de 38% (trinta e oito por cento) da população concentrada na microrregião de Montes Claros e aproximadamente apenas 3% (três por cento) na microrregião de Grão Mogol.

Quanto à variação demográfica durante os 5 (cinco) anos pesquisados, a microrregião de Montes Claros foi a que apresentou maior variação, sendo positiva com elevação da população. Paradoxo a isso, a microrregião de Janaúba apresentou redução gradual da população durante o período estudado. As demais microrregiões apresentaram leves variações, porém no último período possuíam população superior ao índice demográfico do primeiro ano de estudo. Cabe ainda mencionar que o índice demográfico não está exclusivamente ligado a quantidade de municípios, uma vez que a microrregião de Janaúba possui apenas 10 (dez) municípios e população maior que a microrregião de Salinas, com 17 (dezessete) municípios.

Além da divisão populacional por microrregião, faz-se preciso analisar a classificação dos municípios por porte, ou seja, o percentual médio de habitantes dos municípios estudados durante o período de 2018 a 2022. Dessa maneira, o Gráfico 2 evidencia a distribuição demográfica nos municípios da Mesorregião Norte de Minas por faixa populacional.

Gráfico 2 - Classificação dos municípios por faixa populacional



Fonte: Dados da pesquisa.

Já os maiores índices populacionais foram encontrados nos municípios de Bocaiúva, São Francisco e Pirapora, com população aproximada de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, Janúária e Janaúba, com população superior a 60.000 (sessenta mil) habitantes, e Montes Claros, com sua população superando 400.000 (quatrocentos mil) habitantes.

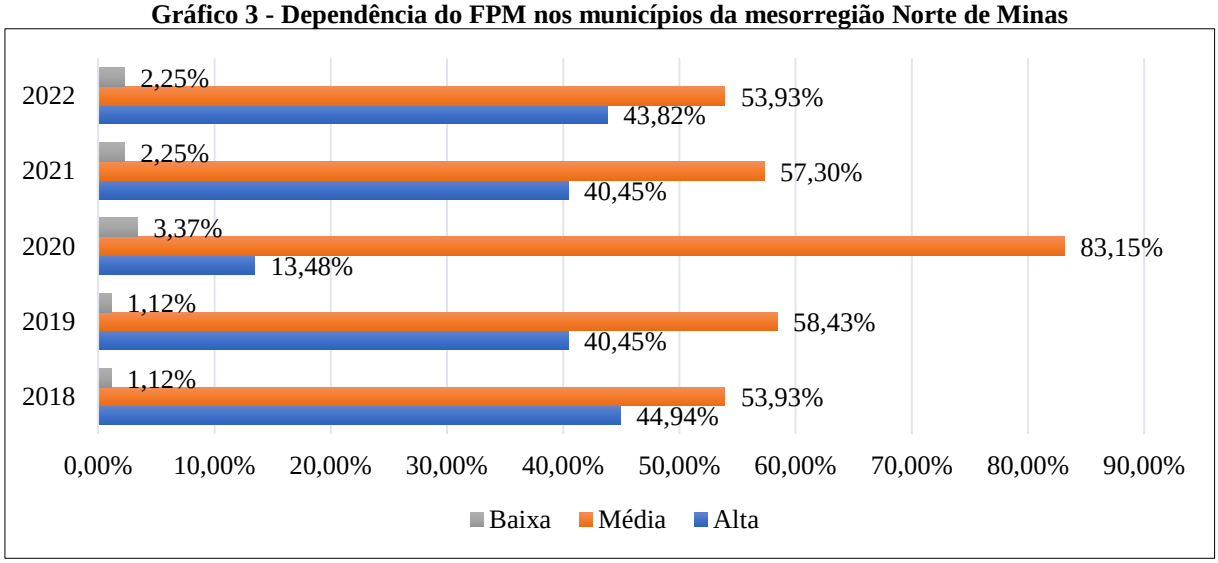
A presente pesquisa possui como variável explicativa o Índice de dependência do Fundo de Participação dos Municípios (IDFPM), sendo este índice mensurado com base em dados do FPM e da Receita Corrente Liquida dos municípios.

Para explicar a dependência dos municípios ao FPM, o Gráfico 3 apresentará a variável explicativa (IDFPM), demonstrando os percentuais de municípios por nível de dependência do FPM baseando-se no proposto no estudo de Massardi e Abrantes (2016), classificando em Baixa dependência os municípios cujo IDFPM forem inferiores a 20% (vinte por cento), como Média dependência para municípios entre 20% (vinte por cento) e 50% (cinquenta por cento) e como Alta dependência quando o IDFPM superar 50% (cinquenta por cento). Esse índice, análogo ao utilizado por Massardi e Abrantes (2016) e por Pereira (2016), foi extraído da equação (2):

$$IDFPM = \frac{FPM}{RCL} \qquad (2)$$

O Gráfico 3 demonstra os percentuais por nível de dependência do FPM dos municípios do Norte de Minas.

Gráfico 3 - Dependência do FPM nos municípios da mesorregião Norte de Minas



Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se que o nível de dependência com maior percentual em todos os anos do estudo é a dependência média, estando a maioria dos municípios com IDFPM entre 20% (vinte por cento) e 50% (cinquenta por cento), seguida pela alta dependência presente em mais de 40% dos municípios.

Nota-se ainda que o ano com maior dependência ao FPM foi o ano de 2018, onde 44,94% (quarenta e quatro vírgula noventa e quatro por cento) dos municípios apresentaram alta dependência, consistindo no maior percentual do nível durante o período da pesquisa, seguido por 53,93% (cinquenta e três vírgula noventa e três por cento) com média dependência e apenas 1,12% (um vírgula doze por cento) com baixa dependência. Paralelo a isso, o ano com menor dependência foi o ano de 2020 com apenas 13,48% (treze vírgula quarenta e oito por cento) dos municípios com alta dependência, apresentando aumento no percentual de baixa

dependência para 3,37% (três vírgula trinta e sete por cento) e com 83,15% (oitenta e três vírgula quinze por cento) no nível médio de dependência, reduzindo significativamente a alta dependência.

Pondera-se que, embora tenha apresentado redução expressiva na dependência em 2020, o índice de dependência voltou a subir consideravelmente em 2021 e 2022. Dessa maneira, torna-se evidente a relevância do FPM na composição das receitas dos municípios norte-mineiros.

Em relação à distribuição do índice por microrregião, observa-se que as microrregiões de Bocaiúva, Grão Mogol, Januária e Salinas não apresentaram municípios com baixa dependência durante os 5 (cinco) anos do estudo, sendo a microrregião de Montes Claros a única que apresentou municípios com baixa dependência em todos os anos da pesquisa, com o percentual do município sede.

A presente pesquisa tem como variável explicada o IDTE. Este índice foi proposto por Oliveira *et al.* (1998), utilizado posteriormente por Rachwal e Melo (2015) e Oliveira e Biondini (2016), com algumas modificações e aperfeiçoamentos.

Para Oliveira *et al*. (1998), o IDTE possibilita a reunião de Municípios de acordo com nível de desempenho Tributário e Econômico em que se encontram, sintetizando em um único indicador, o grau de suficiência fiscal dos Municípios.

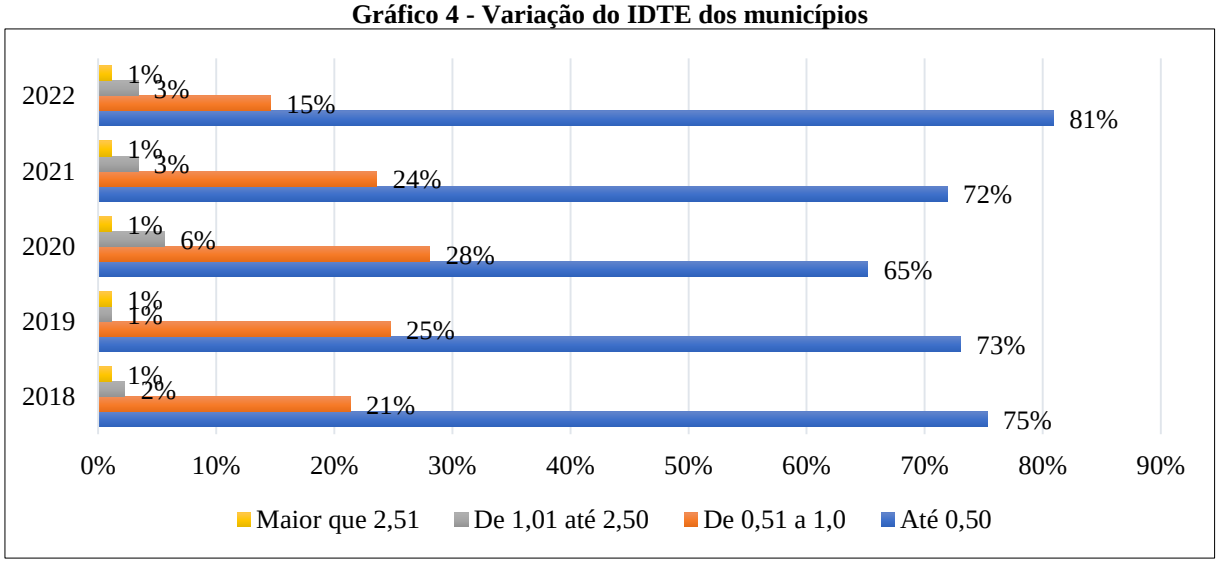
Nesta pesquisa foi utilizado o IDTE no formato utilizado por Rachwal e Melo (2015), composto pelas Receitas Tributarias Própria (RTP), as Transferências do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (TICMS), repassadas do Estado para os Municípios e do Fundo de Participação dos Municípios.

O IDTE é extraído da equação (3):

$$IDTE = \frac{RTP + TICMS}{FPM} \qquad (3)$$

Com a finalidade de apresentar o panorama do desempenho tributário e econômico dos municípios norte mineiros, foi elaborado um gráfico apresentando as variações do IDTE nos municípios da amostra durante os 05 (cinco) anos da pesquisa.

Gráfico 4 - Variação do IDTE dos municípios



Fonte: Dados da pesquisa.

A maioria dos municípios norte-mineiros possui baixo desempenho tributário e econômico, estando com IDTE inferior a 0,50, seguidos pelos municípios com IDTE até 1,0. Este panorama apresentou redução em 2020, contudo voltou a subir consideravelmente a partir de 2021, conforme Gráfico 4.

Dentre os poucos municípios que apresentaram melhores desempenhos, está o município de Montes Claros, que foi o único município com elevado IDTE acima de 2,51 em todos os anos da pesquisa. Entre os municípios que apresentaram recuperação do IDTE em 2020, estão 3 (três) municípios das microrregiões de Pirapora (Buritizeiro, Pirapora e Lassance) e 2 (dois) de Janaúba (Riacho dos Machados e Janaúba).

Rachwal e Melo (2015) classificam o IDTE da seguinte maneira:

- IDTE < 1, Município com baixo nível de desempenho tributário e econômico, suas receitas mais significativas advêm das transferências FPM, não vinculadas a sua base econômica;
- IDTE > 1, Município com maior desempenho tributário e econômico, receitas tributarias próprias são mais significativas.
- IDTE = 1, mostra que o Município depende em igual nível das suas receitas próprias quanto das transferências oriundas do FPM (TFPM).

Ante o exposto, a Tabela 2 apresenta o percentual de municípios por classificação do IDTE na mesorregião Norte de Minas.

Tabela 2 - Distribuição do IDTE na mesorregião Norte de Minas

Níveis de IDTE	2018	2019	2020	2021	2022
IDTE < 1	96,6%	96,7%	93,3%	95,5%	94,4%
IDTE = 1	0,0%	1,1%	0,0%	0,0%	1,1%
IDTE > 1	3,4%	2,2%	6,7%	4,5%	4,5%

Fonte: Dados da pesquisa.

O ano de 2019 apresentou o pior cenário de desempenho econômico dos municípios norte-mineiros, com quase 97% (noventa e sete por cento) dos municípios com baixo IDTE, apenas 2,2% (dois vírgula dois por cento) com IDTE consideravelmente bom e 1,1% com IDTE nulo, ou seja, o município depende em igual proporção do IDTE e do FPM. O município de Riacho dos Machados, na microrregião de Janaúba, apresentou IDTE nulo, ou seja, igual a 1 em 2019 e 2022, constatando que o município possui dependência igual ao FPM e Receitas Tributárias Próprias.

Oliveira e Biondini (2016) pontificam que o IDTE é baseado na tese que vincula a capacidade de geração de receitas tributárias de uma localidade, região ou país ao seu nível de desenvolvimento. Dessa maneira, quanto maior o IDTE, melhor será o desempenho econômico e tributário dos municípios. No entanto, a pesquisa comprovou que os municípios da Mesorregião Norte de Minas, em quase totalidade, não possuem bom desempenho tributário e econômico, com grande dependência a transferências intergovernamentais.

4.2 Análise de Correlação

Corrar e Theóphilo (2004) explanam que a análise de correlação visa medir a força ou o grau em que as variáveis se relacionam, medir a força do relacionamento entre duas variáveis

em termos relativos, não implicando causa e efeito de uma variável sobre a outras, apenas o relacionamento matemático.

A Tabela 3 fornece as correlações entre as variáveis do modelo, apontando a relação existente entre elas. Foi utilizada a correlação de *Pearson* para identificar as associações entre as variáveis.

Tabela 3 - Matriz de Correlação

Var.	IDTE	IDFPM	POP	FPM	ICMS	IPVA	ITR	RCL	RTP	PIB
IDTE	1,000									
IDFPM	-0,683***	1,000								
POP	0,861***	-0,556***	1,000							
FPM	-0,395***	0,716***	-0,356***	1,000						
ICMS	0,087*	0,236***	-0,198***	0,656***	1,000					
IPVA	0,542***	-0,595***	0,538***	-0,245**	-0,062	1,000				
ITR	0,178***	-0,067	-0,057	0,101**	0,429***	-0,017	1,000			
RCL	-0,102**	0,315***	-0,170***	0,871***	0,781***	0,057	0,211***	1,000		
RTP	0,637***	-0,465***	0,360***	-0,034	0,425***	0,506***	0,479***	0,313***	1,000	
PIB	0,578***	-0,476***	0,244***	-0,156***	0,368***	0,399***	0,207***	0,133***	0,634***	1,000

Nota: *** p<0,01, **p<0,05 e *p<0,10.
Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 3, verifica-se que a variável com maior correlação com a variável IDTE foi a População (0,86) seguida pela variável Receita Tributária Própria (0,64), ambas com correlação positiva forte ao nível de 1% de significância, uma vez que se aproxima ou supera 0,7 e ainda com o PIB (0,57).

Paradoxo a isso, a variável com menor intensidade no IDTE é o FPM (-0,39), com correlação negativa fraca. Infere-se portanto que o desempenho tributário e econômico de um município não sofre majoração com uma maior transferência do FPM, e sim com aumento da população e da capacidade tributária própria.

Paralelamente, observando-se a variável IDFPM, certifica-se que esta é associada positivamente forte com o FPM (0,71) e negativamente forte com a população (-0,55), constando que os menores municípios são aqueles com maior dependência aos recursos do FPM. Ao correlacionar o IDFPM com a RTP (-0,46), percebe-se uma associação negativa fraca, assim como aquela variável com o PIB (-0,47). Constata-se que, quanto maior a RTP e o PIB, menor será a dependência ao FPM.

A variável população possui correlação fraca positiva com a variável IPVA (0,54), demonstrando que o número de habitantes influencia a arrecadação e repasse do tributo. Em contrapartida, possui correlação negativa fraca com o ITR (-0,05), existindo baixa relação entre a arrecadação e repasse do tributo com o critério populacional.

Existe ainda correlação positiva do FPM com as variáveis ICMS (0,65) e RCL (0,87) demonstrando o peso do FPM na composição da Receita Corrente Líquida. Por outro lado, o FPM apresenta correlação negativa fraca com a RTP (-0,03), demonstrando que o FPM não cresce com o aumento da arrecadação própria dos municípios.

Nota-se ainda que as variáveis IPVA e ITR se correlacionam positivamente, embora fracas, com a RCL e com o PIB, tornando evidente que pouco influenciam na composição destes. A RCL se correlaciona positivamente fraca ao nível de 1% de significância com a RTP e com PIB, apresentando que influencia ou é influenciada por estes. Quando à RTP, constata-se que possui correlação positiva forte (0,63) ao nível de 99% de confiança com o PIB,

confirmando a existência de relação significativa entre a arrecadação tributária e o Produto Interno Bruto dos Municípios pesquisados.

4.3 Análise de Regressão

A Tabela 4 apresenta o modelo de regressão por efeitos fixos, visto que o teste de Hausman demonstrou ser este o modelo mais indicado para a equação proposta, comparando-se ao modelo por efeitos aleatórios. Além disso, o teste de Chow (Prob > F = 0,0000) constatou que o modelo de efeitos fixos apresenta parâmetros mais adequados que o modelo estimado por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO).

Tabela 4 - Teste de Regressão por Efeitos Fixos

IDTE	Coeficiente	DP	t	P>|t|	(95% Intervalo de Confiança)	
IDFPM	-1,090748	0,1014	-10,8	0,000	-1,290142	-0,891355
POP	-0,00001	2.85e-06	-3,53	0,000	-0,0000156	- 4.44e-06
FPM	0,0000715	3E-05	2,54	0,012	0,000016	0,000127
ICMS	0,0003849	4E-05	9,42	0,000	0,0003046	0,000465
IPVA	0,0001682	0,0003	0,64	0,520	-0,0003461	0,000683
ITR	-0,0007807	0,0006	-1,35	0,178	-0,0019187	0,000357
RCL	-0,0001116	2E-05	-6,55	0,000	-0,0001451	-7,81E-05
RTP	0,0004241	4E-05	9,47	0,000	0,000336	0,000512
PIB	- 2.27e-06	1.51e-06	-1,51	0,132	- 5.24e-06	6.89e-07
_cons	1,207479	0,0669	18,04	0,000	1,075804	1,339155

Número de observações:	445	
Número de grupos:	89	
R^2 Within:	0,5855	
R^2 Between:	0,5407	
R^2 Overall:	0,5021	
Previsão de y (Xb):	corr(u_i, Xb) = -0,9284	
Teste de Chow:	F test that all u_i=0: F(88, 347) = 13,51	Prob > F = 0,0000

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme dados da tabela acima, percebe-se que o IDFPM exerce influência negativa, a 99% de confiança, com o IDTE, considerando o coeficiente (-1,090748) e o *p-value* (0,000) apurados. Esses resultados corroboram os indicadores demonstrados na Matriz de Correlação analisada alhures (Tabela 3).

A população e a RCL também exercem efeitos negativos sobre o IDTE, a 1% de significância, embora em dimensão próxima a 0 (zero). Já o ICMS e a RTP demonstraram influenciar positivamente o IDTE, igualmente a 1% de significância.

Em que pese o IDFPM se relacionar negativamente com a majoração do IDTE, o FPM apresentou relação positiva com a variável explicada, a 95% de confiança. As demais variáveis de controle (IPVA, ITR e PIB) não são significativas para explicar o indicador IDTE, tendo em vista o *p-value* (0,520, 0,178 e 0,132, respectivamente).

Frisa-se os valores dos coeficientes de determinação (R^2), representados pelas variações *Within*, *Between* e *Overall*. Tendo em vista a primeira medida de ajuste de um modelo estatístico linear, o IDTE é explicado em 58,55% pelo modelo. Quanto à variação *Between*, o modelo estimado explica 54,07% dos resultados encontrados. Já em relação ao coeficiente *Overall*, os resultados são explicados em 50,21% pelo modelo. Gujarati e Porter (2011) destacam que em pesquisas da área de ciências sociais, é comum identificar uma baixa

explicação das variáveis pelo modelo de regressão, considerando que existe uma certa limitação de dados necessários para desenvolvimento dos estudos.

Observa-se, ainda, a correlação apresentada para o componente não observável e a previsão de y (Xb), de "corr(u_i, Xb) = -0,9284", que mensura a associação existente entre os regressores e a heterogeneidade não detectada.

Esses resultados permitem confirmar a primeira hipótese proposta neste estudo, de que os municípios com maior nível de dependência do FPM apresentam menor desempenho econômico e tributário. Ademais, os resultados encontrados possibilitam a confirmação da segunda hipótese deste trabalho, de que os municípios com melhor desempenho econômico e tributário são aqueles com maior receita tributária própria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O federalismo fiscal brasileiro e a Constituição Federal de 1988 foram importantes marcos para a descentralização fiscal e administrativa no País, propiciando mais autonomia aos entes federados, em especial aos municípios, no intuito de promover a equidade entre as regiões, fornecendo o acesso a bens públicos pela população local.

Para assegurar a oferta de bens públicos pelos entes federados, têm-se as transferências intergovernamentais, que visam equilibrar a economia entre os entes federados. No entanto, os repasses intergovernamentais, especialmente o FPM, desencadeou ineficiência tributária por parte dos municípios, ocasionando dependência a esse recurso.

Neste trabalho, buscou-se mensurar a relação entre o desempenho econômico e tributário e a dependência do FPM nos municípios da mesorregião Norte de Minas. Especificamente pretendeu-se analisar o desempenho econômico e tributário dos municípios e identificar os níveis de dependência dos municípios ao FPM.

Os resultados foram obtidos por meio de métodos estatísticos, utilizando-se como variáveis explicada e explicativa o Índice de Desempenho Econômico e Tributário e o Índice de Dependência do Fundo de Participação dos Municípios, respectivamente. Como variáveis de controle foram utilizadas as variáveis População, FPM, ICMS, IPVA, ITR, Receita Corrente Líquida, Receita Tributária Própria e PIB.

Identificou-se que a maioria dos municípios possuíram desempenho tributário e econômico inferior à média durante o período estudado. Isso foi comprovado ainda ao analisar a variável IDFPM, demonstrando que uma quantidade inexpressiva de municípios apresentaram nível baixo de dependência ao FPM, constando, assim que quanto maior a dependência ao FPM menor será o desempenho econômico e tributário dos entes municipais.

Os resultados encontrados indicam que a maioria dos municípios do Norte de Minas Gerais possuem baixo desempenho tributário, dependendo significativamente do FPM na composição de suas receitas. No entanto, cabe ressaltar a identificação de municípios com IDTE positivo, apresentando suficiência tributária e independência aos recursos do FPM, como é o caso do município de Montes Claros, que em todos os anos de estudo apresentou IDTE positivo. Houve ainda municípios com IDTE nulo, ou seja, dependem de igual maneira do FPM e da capacidade tributária própria, como ocorreu com o município de Riacho dos Machados, em 2019 e 2022.

A Matriz de Correlação apresentada demonstrou que quanto maior for a dependência econômica ao FPM menor será o desempenho econômico e tributário do município. Evidenciou, ainda, que os municípios mais populosos apresentaram bons resultados tributários. Contudo, verificou-se que a maioria dos municípios da mesorregião analisada são de pequeno porte, dependendo significativamente do FPM.

Os achados desta pesquisa sugerem que, em média, o IDFPM exerce influência negativa, a 99% de confiança, com o IDTE, corroborando os indicadores demonstrados na Matriz de Correlação. Todavia, em que pese o IDFPM se relacionar negativamente com a majoração do IDTE, o estudo sugere que o FPM apresenta relação positiva com a variável explicada, a 95% de confiança.

Os resultados encontrados confirmaram as duas hipóteses propostas neste trabalho, visto que os municípios com maior nível de dependência do FPM apresentaram menor desempenho econômico e tributário e aqueles com melhor desempenho econômico e tributário possuem maior receita tributária própria.

O estudo não abordou a relação entre o desempenho econômico e tributário dos municípios e o seu desenvolvimento socioeconômico, sugerindo-se para futuras pesquisas a análise dessa associação, considerando fatores como qualidade de vida e acesso a bens públicos pela coletividade. Além disso, sugerem-se pesquisas futuras com o objetivo semelhante ao proposto neste estudo, no entanto com uma amostra que represente a totalidade dos municípios mineiros, com vistas a ampliar o debate sobre o federalismo fiscal e aspectos de capacidade tributária dos entes governamentais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. L. A. de. (2022). **O Efeito de emendas parlamentares individuais sobre a Autonomia Fiscal de Municípios Brasileiros**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ciências Contábeis e Administração) – Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Administração da Fucape Pesquisa e Ensino S/A – FUCAPE MA, São Luís, MA, Brasil.

BEUREN, Ilse Maria**. Como elaborar trabalhos monográficos**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 16 nov 2022.

BRASIL. **Lei n° 5.172 de outubro de 1966.** Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm> . Acesso em: 14 nov 2022.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino**. Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

CORRAR, L. J.; THEÓPHILO, C. R. **Pesquisa Operacional para Decisão em Contabilidade e Administração.** São Paulo: Atlas, 2004.

GALVARRO, M. P. S. Q.; BRAGA, M. J.; FONTES, R. M. O. Federalismo fiscal e disparidades no Estado de Minas Gerais. In: XXXII EnANPAD. **Anais**... Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2008.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia Duarte de. **Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008

GOMES, Emerson Cesar da Silva**. Fundamentos das transferências intergovernamentais.** São Paulo: Revista TCU, 2007.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria Básica**. 5. Ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

HUDZINSKI, Alana Albuquerque; WITT, Cleonice; SENFF, Carlos Otávio. A **dependência do Fundo de Participação dos Municípios e a qualidade dos gastos e das políticas públicas: um estudo aplicado aos municípios do estado de Santa Catarina.** Fortaleza: Revista Controle, 2019.

LEROY, Rodrigo Silva Diniz; ABRANTES, Luiz Antônio; ALMEIDA, Fernanda Maria de; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; VIEIRA, Michelle Aparecida. Estrutura arrecadatória e desenvolvimento socioeconômico dos municípios mineiros. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 41, p. 164-201, 2017.

LUCENA, Rafael Silva**. Relação entre as receitas tributárias e transferências constitucionais (FPM) e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros**. 2018. 57f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Contabilidade e Administração) – Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Administração da Fucape Pesquisas, Ensino e Participações LTDA (FUCAPE), Maranhão, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MENDES, Marcos *et al***. Economia do Setor Público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsiever, 2004.

MENDES, Marcos; MIRANDA, Rogério Boueri; COSIO, Fernando Blanco. **Transferências intergovernamentais no Brasil: diagnóstico e proposta de reforma**. Senado Federal, Consultoria Legislativa, 2008.

MARENGO, Sabrina Trejes. **Análise de desempenho econômico de municípios gaúchos emancipados**. 2012. 156f. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, São Leopoldo, 2012.

MASSARDI, Wellington de Oliveira. **Esforço fiscal e desempenho socioeconômico dos municípios mineiros.** Tese de Doutorado. Master Dissertation, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014.

MASSARDI, Wellington de Oliveira; ABRANTES, Luiz Antonio. Esforço fiscal, dependência do FPM e desenvolvimento socioeconômico: um estudo aplicado aos municípios de Minas Gerais. **REGE-Revista de Gestão**, v. 22, n. 3, p. 295-313, 2015.

MASSARDI, Wellington de oliveira; ABRANTES, Luiz Antônio. Dependência dos Municípios Mineiros em relação ao Fundo de Participação dos Municípios. **Gestão e Sociedade**, v. 10, n. 27, p. 1416-1416, 2016.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de; BIONDINI, Isabella Virgínia Freire. IDTE: um índice de finanças para a análise do desenvolvimento – o caso dos municípios de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Administração Política**, v. 6, n. 1, p. 33-33, 2016.

OLIVEIRA, M. R.; SILVA, G. H. Análise Espacial do Desenvolvimento Econômico dos Municípios do Oeste do Paraná. **Revista Capital Científico - Eletrônica**, v. 15, n. 2, p. 1-16, 2017.

PASSOS, Cristhian Rêgo; NASCIMENTO, João Carlos Hipólito Bernardes do. Fundo de Participação dos Municípios na Composição das Receitas: um estudo sobre dependência dos municípios piauienses nos anos 2013 a 2016. In: XXV Congresso Brasileiro de Custos-ABC. **Anais**... Vitória, ES, Brasil, 2018.

PEREIRA, José Evangelista Silva. **O impacto do fundo de participação dos municípios no equilíbrio socioeconômico**. 2016. 66f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), Vitoria, 2016.

RACHWAL, Carla Beatriz; MELO, Gilmar Ribeiro de. Desempenho Fiscal dos Municípios Paranaenses e Seus Determinantes: Uma Análise Econométrica para o Período de 2001 a 2010. **Revista Competitividade e Sustentabilidade**, v. 2, n. 1, p. 89-101, 2015.

RAVANELLO, Mariangela; BENDER, Reisoli Filho. **Análise da dependência dos municípios do Vale do Rio Pardo aos recursos de transparência do FPM**. Santa Maria: Revista Economia e Desenvolvimento – UFSM, 2019.

REZENDE, F. Cadernos Fórum Fiscal nº 1: Equalização Fiscal. **Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros**, 2006.

RIBEIRO, T. B.; TONETO JÚNIOR, R.. As receitas tributárias das praças de pedágio e as finanças públicas municipais: uma análise do esforço fiscal no estado de São Paulo. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 27, 2004.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SOUZA, José Antônio Nunes de; COSTA, Fagner Moura da; FERREIRA, Francisco Danilo da Silva; NUNES, Emanoela Carneiro; ASSIS, Gabrielly Matias de Lima. Dependência dos municípios do Rio Grande do Norte em relação ao Fundo de Participação dos Municípios no período de 2013 a 2018. **FACEF Pesquisa: Desenvolvimento e Gestão**, v. 23, n.3, 2020.

TRISTÃO, José Américo Martelli. **A administração tributária dos municípios brasileiros: uma avaliação do desempenho da arrecadação.** Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração e Empresas de São Paulo, São Paulo, 2003.